

Entrevista com Luiz Eduardo Greenhalgh

Cristina Buarque de Hollanda

Luiz Eduardo Greenhalgh

Luiz Eduardo Greenhalgh tem extensas biografias política e jurídica, imbricadas entre si. Foi advogado de presos políticos e, em 1975, esteve entre os fundadores do Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo. Trabalhou com Dom Paulo Evaristo Arns em diferentes frentes de resistência à ditadura. Entre elas, o *Brasil Nunca Mais* e o *Clamor*, equipe enxuta que oferecia acolhimento a refugiados de países vizinhos também imersos no autoritarismo. Foi advogado de Lula e de diversos sindicalistas no Partido dos Trabalhadores, lançou sua carreira nas vias formais da política. Foi vice-prefeito do governo Luiza Erundina na cidade de São Paulo (1989-1993) e deputado federal.

Cristina Buarque de Hollanda

Professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: cristinabuarque@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1600-4044>

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Muito obrigada por me receber para essa conversa. Eu gostaria de ouvi-lo sobre sua experiência à frente do Comitê Brasileiro de Anistia e também sobre sua trajetória até chegar lá.

LUIZ EDUARDO GREENHALGH:

Sou filho de advogado civilista e comecei minha carreira trabalhando no escritório do meu pai como estagiário. Acabei não ficando por lá porque um amigo foi preso pelo Doi-Codi, o Adibal Piveta, e eu fui ajudar no escritório dele. Nunca mais voltei para o escritório do meu pai. Foi no escritório do Adibal que eu tive contato com a tortura, com os presos políticos. Nessa época eu não acreditava nos panfletos que falavam sobre tortura na Faculdade de Direito [do Largo de São Francisco, em São Paulo]. Atribuíam aos militares atitudes ignominiosas e eu achava que havia exagero do movimento estudantil. Quando comecei a advogar, quando tomei contato com a Lei de Segurança Nacional, com os presos políticos, fiquei muito impactado. Vi que os panfletos que eu achava exagerados eram na verdade minimizados. Eu conversava com clientes do escritório do Adibal e me impressionava com a tortura e com a situação do Doi-Codi. O Adibal foi solto e eu continuei trabalhando no escritório dele. Esse foi um primeiro momento. Os presos políticos estavam muito isolados. Eram estigmatizados na sociedade, vistos como bandidos. Eu achava que, ao contrário, eram idealistas, eram pessoas que arriscavam a vida para mudar a situação da ditadura. Comecei a tentar tirar os presos políticos do isolamento. Eu queria dar à categoria dos presos políticos a dignidade que ela merecia. Comecei a incentivar a comunicação entre atrizes, atores, intelectuais, gente da igreja e os presos. Comecei a me aproximar da Cúria Metropolitana de São Paulo e trabalhei dezessete anos com Dom Paulo

Evaristo [Arns]. Eu tinha uma campanha de acabar com os isolamentos dos familiares [de mortos e desaparecidos políticos] e dos presos. Esse foi um segundo momento. O terceiro momento foi a luta pela anistia e aqui a Eni Moreira [também advogada de presos políticos] foi fundamental. Em 1974, tinha o Movimento Feminino pela Anistia com a Terezinha Zerbini, mulher de um general, muito combativa. Tinha ali uma dúzia de pessoas que se reuniam e nós achávamos que precisávamos ampliar o movimento. Eni e eu fundamos o Comitê Brasileiro pela Anistia [CBA]. O CBA foi crescendo, outros CBAs foram sendo criados no país e acabaram dando consistência à luta pela anistia. Fomos saindo de quatro paredes para ocupar as ruas e criar um movimento de massas. O CBA de São Paulo foi criado no pátio interno da Faculdade [de Direito] do Largo de São Francisco. Fizemos um grande encontro, a polícia cercou e todos os participantes saíram com a mão na cabeça, mas, pela primeira vez, um movimento de mais de quinhentas pessoas não resultou em nenhuma prisão. Saímos ilesos. Depois disso, fizemos uma pequena passeata, do Largo de São Francisco à Praça da Sé e fomos crescendo. Foi um movimento muito bonito. Foi rompendo com o medo das pessoas e encurralando o regime militar. Quando começamos a luta pela anistia, o Golbery [General Golbery Couto e Silva, então Chefe da Casa Civil], disse: “não vai ter anistia”. Disse que poderiam fazer uma análise caso a caso nos processos em que as pessoas não recorreram à luta armada. Nós dissemos: “não, nós queremos anistia ampla geral e irrestrita”. A luta foi avançando e o Golbery disse: “vamos dar anistia parcial”. Nós dissemos: “não, queremos anistia ampla, geral e irrestrita”. Depois disso, o governo foi obrigado a mandar um projeto para o Congresso Nacional. O Petrônio Portela, Ministro da Justiça, me telefonou em São Paulo. Eu achei que era um trote. Ele queria mandar o texto do governo para o CBA. Eu disse: “se o texto não for de anistia ampla, geral e irrestrita, nós não queremos ver”. Ele acabou vazando o texto para o jornal, para *O Globo*, porque a gente não quis receber. O movimento da anistia ganhou muita força nessa época. Tinha a Arena e o MDB. A Arena tinha dois terços do Congresso Nacional e propôs o projeto. Nós fizemos um texto alternativo para bater chapa no Congresso e perdemos para o texto do governo por apenas quatro votos. O Senador Teotônio Vilela [recém ingresso no MDB] foi quem apresentou o nosso projeto no Congresso. Mandado o projeto de lei da anistia para o Congresso Nacional, Teotônio foi escolhido para ser relator do projeto do governo. Nós, do CBA, fizemos uma comissão e fomos falar com ele em Brasília. Foram comigo a Dona Maria Augusta Capistrano, mulher de David Capistrano, e a Maria Auxiliadora, mulher do Aldo Arantes. Nós questionamos o Teotônio Vilela sobre o conteúdo do projeto e ele disse que ia encaminhar aquele projeto, que era obrigação dele. Ele começou muito fechado na conversa. Eu perguntei a ele: “o senhor já foi a um presídio político? O senhor não acha que o senhor deveria visitar os presídios políticos no Brasil para ter melhores condições de fazer a relatoria desse projeto?” Ele perguntou: “quem faria essa agenda?” Nós dissemos: “nós podemos fazer”. E então fizemos um roteiro para o Teotônio Vilela visitar os presídios políticos. Aqui em São Paulo ele veio e ficou hospedado no Hotel Jaraguá. Eu fui buscá-lo com meu fusquinha, almoçamos no Restaurante Gigeto e eu o levei ao presídio Barro Branco. Eu e Celeste Fon. Chegamos num sábado. Muita pompa para recebê-lo. O capitão que era diretor do presídio nos recebeu. Quando entramos no presídio, eu deixei o senador sozinho até o final para ter liberdade para conversar com os presos. Tinha uma jornalista da *Globo* que se dirigiu a ele ao final: “como foi sua visita aos terroristas?” Ele respondeu: “não visitei terroristas, visitei jovens idealistas que arriscaram suas vidas pelo bem do Brasil”. Ela insistiu: “mas o senhor não convidaria nenhum deles para se hospedar na sua casa”. Teotônio respondeu: “convidaria todos

eles a se hospedarem na minha casa e não convidaria muitos ministros do atual governo”. Foi um caso de conversão completa. Ele era uma figura ligada à ditadura. Em primeiro de abril de 1964, saiu de metralhadora nas mãos buscando comunistas em Maceio. O governo lhe deu a relatoria porque tinha confiança ideológica nele. Aquela escapada dele para conhecer os presos o transformou num paladino da liberdade. Eu fiquei impressionado com isso. Entramos de volta no carro. Ele voltou no fusquinha conosco. Voltamos do presídio [militar] Romão Gomes para a cidade. Ele me disse: “eu quero agradecer a vocês. Hoje eu tive a maior lição da minha vida. Realmente não tem terrorista, são patriotas”. Depois disso, nós ficamos amigos do cara. Tocava telefone de manhã, de noite. A intimidade chegou a tal ponto com o Senador Teotônio Vilela que ele ligava para saber se o preso tal tinha melhorado do resfriado, como estava a mãe do preso. Em linguagem marxista, ele fez uma auto-crítica da vida dele, ele se converteu, foi uma conversão completa. Veja só: o relator do projeto de lei do governo defendeu o projeto de lei do CBA. Por quatro votos nós perdemos. Muito bem. Anistia. Terminada a anistia, abertos os cárceres, as pessoas voltavam do exílio, nós íamos buscar. Era um período, uma coisa encantadora. Eu me fortaleço hoje lembrando disso. Todos os presos nós íamos buscar no aeroporto: Prestes, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Fernando Gabeira. A gente levava 500, 600 pessoas ao aeroporto. Foi uma festa. A anistia foi uma festa. A gente tinha a ideia de que quem voltasse anistiado se integrava à luta pela democracia imediatamente. Até 1981, foram dois anos de euforia. O movimento da anistia continuou depois da anistia com muita força.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Se me permite uma interrupção, antes de ir adiante, o senhor poderia comentar os desafios com que se depararam nesse processo de construção da campanha pela anistia? Os grupos em torno da anistia eram muito heterogêneos e suponho que algumas dificuldades tenham derivado disso. A receita do sucesso do Comitê Brasileiro pela Anistia foi conviver unitariamente com as divergências políticas dos grupos. Tinha gente ligada ao PC, ao PC do B, tinha gente do MR8, da VAR-Palmares, das diversas correntes do movimento estudantil, mas o CBA foi um exemplo de tolerância em que você escutava a pessoa. A repressão era muito grande e era preciso andar com o reforço da unidade. O CBA foi uma frente política muito ampla. Ia desde o Joaquim [dos Santos Andrade, *Joaquinzão*], um dirigente dos Metalúrgicos, um pelasso, até a extrema esquerda. Isso foi um exemplo salutar de convivência das divergências. Tínhamos estudantes, professores, intelectuais, mas a gente não tinha povo. Faltava povo. Um dia, uma companheira nossa, a Vânia Santana, mulher do Gian Francisco Guarnieri, chegou para nós e disse: “tá faltando operário”. Ela disse: “olha, tem um tal de Lula, que tá aparecendo como uma pessoa importante, tá enfrentando o Delfim Neto, que era Ministro [da Fazenda] naquela época”. Lula tinha feito o Delfim corrigir o índice de inflação. “Ele parece um cara autêntico, não é um peo. E ele é irmão de um cara que foi preso pelo Partidão, o Frei Chico”. Bem, chegamos no sindicato Dona Maria Augusta, Vânia, um monte de gente. Formou-se uma comissão do CBA para falar com o Lula e ele disse: “nós não estamos interessados na anistia. Esse assunto é de classe média, de estudantes. A única anistia em que estamos interessados é na anistia do estômago da classe operária”. A gente tentou argumentar, falou sobre quem tava preso, torturado, sobre quem foi morto. Nós dissemos que comunistas também lutam pelo estômago da classe operária. E ele foi assertivo: “nós queremos ficar longe dos estudantes”. A conversa demorou dez minutos. A comissão do CBA voltou no carro para São Bernardo xingando, falando mal dele. Mas isso foi dois meses antes da intervenção da

ditadura no sindicato [dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema]. A ditadura interveio, nomeou uma junta governativa, afastou a diretoria. Lula então disse: "você viu o que a ditadura fez com a gente? Nós fomos afastados por motivos políticos e então esse assunto da anistia tá interessando para nós. A gente quer o sindicato de volta". Em maio de 1979, fizemos um ato em que 120 mil pessoas se reuniram e não falaram de salário. Falaram de anistia. Nós distribuíamos panfletos explicando o que é anistia. A partir daí, fomos nos aproximando do Lula. Depois disso, a gente fez outra greve e eu fui advogado dele. Quando correu para fora daquele circuito estreito do começo, a anistia se popularizou muito rapidamente. Atraiu os operários, a classe trabalhadora. Houve prisões e nelas já houve manifestações de sindicatos. Eu ressalto que o CBA foi uma das poucas experiências de convivência com a divergência. Unidade com base na convivência da divergência. Foram aproximações sucessivas. Levava tempo, horas, muitas reuniões. Como se fala hoje: "ninguém larga a mão de ninguém". A gente andava todo mundo junto.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

E como ficou a vida depois da anistia?

LUIZ EDUARDO GREENHALGH:

Nessa época, por conta da luta pela anistia, eu acabo ficando uma pessoa mais conhecida, mais aproximado do Dom Paulo. Dom Paulo foi Bispo na Zona Norte, eu morava na Zona Norte. Minha família era católica, nós nos encontrávamos. Quando Maria Nilde Macelani foi presa, e ela era muito ligada à Cúria [Metropolitana], eu acabei me aproximando mais de Dom Paulo. Maria Nilde era defendida pelo Zé Carlos [Dias] e ela e Dom Paulo pediram que eu defendesse as assessoras que trabalhavam com ela e que também foram presas. Eu fundei o Clamor, uma entidade muito importante do Cone Sul de crianças desaparecidas. Envolvi a Igreja na luta pela anistia. Fiz cursos de formação sobre a Lei de Segurança Nacional. Foi na Cúria que eu tomei conhecimento do trabalho do Bispo Desmond Tutu [na África do Sul]. Comecei a acompanhar isso. Desmond Tutu era muito amigo do Dom Paulo. Ele mandava documentos, cartas, textos sobre a Comissão da Verdade [e da Reconciliação] da África do Sul. Eu fui um dos primeiros a falar sobre a experiência do Desmond Tutu aqui no Brasil. O que eu achei significativo na experiência da África do Sul é que a única obrigação que se tinha era a de falar a verdade. No limite, a verdade é o que importa. Eu pensava que a gente não tava no governo, mas a gente foi ocupando espaços parlamentares e estimulávamos a criação de comissões de Direitos Humanos [na Câmara Federal e nas assembleias Legislativas estaduais]. Esse processo [de multiplicação das comissões de direitos humanos] foi muito ligado ao PT. Na verdade, não era nem ao PT, era ligado aos deputados. Tinha um grupo mais atuante. O Nilmário tinha sido do CBA de Minas, tinha também a Dona Helena Greco. Mas não era só PT. Tinha gente também do PMDB que ajudou a criar a Comissão de Direitos Humanos. Fomos estimulando a criação das comissões nos diferentes níveis.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Na sua trajetória na Câmara, o senhor manteve a relação estreita com os familiares [de mortos e desaparecidos] que construiu na altura do CBA? As ações para lidar com a pauta deles partiam do senhor e seus aliados na Câmara ou eram resultado da interpelação dos familiares, sempre muito atuantes?

LUIZ EDUARDO GREENHALGH:

Sim, a relação com familiares seguia estreita. Era uma coisa bi-unívoca. Era iniciativa nossa, no Parlamento, mas em conformidade com presos e [familiares de] desaparecidos. Em todos os anos que fui deputado, fizemos sessões solenes na Câmara no aniversário da Lei de Anistia.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

E quanto à Comissão da Anistia. Como o senhor avalia o papel dela na institucionalização das pautas de memória e verdade?

A Comissão de Anistia teve, sim, um papel importante. Eu acho que a configuração da Comissão Nacional da Verdade, ou melhor, a impulsão da necessidade de criação de uma comissão da verdade foi uma pressão dos familiares com o Ministério Público [Federal] sobre o governo, que, honra seja feita, não deu muito resultado no período [dos governos] Lula [2003-2011]. Acaba dando resultado no período Dilma [Rousseff] [2011-2016]. O Lula achava que essa comissão, nos termos em que estava sendo proposta, iria mexer num vespeiro que poderia gerar algum tipo de constrangimento, tensão interna com militares e tal. Com a Dilma, deu certo por causa das circunstâncias da Dilma. A Dilma foi presa, torturada. A Dilma achava que tinha condições de fazer e fez. Tem gente hoje que diz que um dos motivos do *impeachment* foi a criação da CNV, que ela teria sido um dos fatores de desestabilização do governo. Há uns seis ou sete meses, eu li um artigo que dizia que a CNV e o projeto de lei das domésticas foram os dois motivos ou pretextos que culminaram na retirada de apoios de setores importantes. Eu não acredito nisso. Eu acho que o golpe já estava delineado há muitos anos.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Em entrevista que fiz recentemente com Nilmário Miranda, ele mencionou que, quando foi eleito para a Câmara pelo PT de Minas, em 1991, seu primeiro movimento na direção da pauta dos mortos e desaparecidos políticos foi tentar, em vão, desarquivar uma CPI de Mortos e Desaparecidos que havia sido proposta pelo senhor e por Sigmaringa Seixas [deputado federal pelo Distrito Federal, PSDB]. Os senhores haviam recolhido 171 assinaturas entre deputados de diferentes partidos. O senhor poderia comentar esse episódio? Para mim, foi uma informação nova e surpreendente. Como foi possível reunir tantas assinaturas para uma CPI com esse teor?

LUIZ EDUARDO GREENHALGH:

Eu tinha uma relação muito especial com Sigmaringa, um dos meus melhores amigos, falecido no ano passado. A gente, advogando para preso político... eu comelei. Durante muito tempo eu não tinha dinheiro para almoçar, morava no apartamento do zelador, não tinha dinheiro para comprar cigarro. Quando eu ia para Brasília, já fazia sustentação oral [de presos políticos] no STM [Superior Tribunal Militar], eu ia e tinha que voltar logo depois do julgamento porque não tinha dinheiro para dormir por lá. Um dia, sentado no plenário, eu conheci o Sigmaringa. Ele assitiu a uma sustentação oral minha e, enquanto a corte deliberava secretamente, ele se apresentou e me parabenizou. Ali nasceu uma amizade. Essa amizade foi se aprofundando. Ele era mais moderado. Eu era mais à esquerda, era mais radical. O Sigmaringa era menos radical, ele era meio Partidão (risos). A gente começou a conversar e ele falou para mim: quando vier aqui, se quiser ficar na minha casa, está às ordens. Conheci a mãe, o pai, os irmãos dele. Ele

trabalhava no escritório do pai [Antônio Carlos Sigmaringa Seixas], um dos principais advogados de Brasília, um baluarte, um cara de esquerda, um cara progressista.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Quando foi isso?

68

LUIZ EDUARDO GREENHALGH:

Isso aqui era 1973, 74, foi quando nasceu essa amizade. Em 1975, houve uma grande repressão ao PCB. Em outubro de 1975 morreu o [Vladimir] Herzog. Antes dele, o José Ferreira de Almeida. Depois, Manoel Fiel Filho. O ano de 75 começou com uma repressão muito intensa sobre o Partido Comunista. Na véspera do natal de 1974, a televisão anuncia o estouro de uma gráfica no Rio de Janeiro. A *Globo* ficou uma semana insistindo no assunto, com o Golbery falando e denunciando os terroristas. A partir daí, a repressão no movimento estudantil veio forte. Na verdade, a repressão sobre todos os setores recrudescceu: militares, profissionais liberais, jornalistas, advogados, estudantes. Perseguiram todo mundo, mas perseguiram sobretudo o comitê central [do PCB]. Marco Antonio Tavares foi preso. Naquela altura, Afonso Celso Nogueira Monteiro era um dos poucos sobreviventes da Casa da Morte em Petrópolis. O pai do Sigmaringa e o Sigmaringa eram amigos Pdele de Niteroi [no Rio de Janeiro]. O pai de Sigmaringa era de Niteroi e só depois foi com a família para Brasília. Quando o pai de Sigmaringa viu Alfonsinho nessa circunstância, ele o trouxe para Brasília, para trabalhar no escritório dele. Quando Sigmaringa me contou isso, me aproximei ainda mais deles. Eles tiveram coragem de colocar o cara dentro do escritório. Quando veio o PT, eu tentei trazer o Sigmaringa para o PT, mas o Sigmaringa era tucano quatro estrelas (risos). Ele se eLUIZ EDUARDO GREENHALGHeu pelo MDB e eu perdi por poucos votos. Ele ganhou a eleição e tudo que eu queria fazer, fazia através dele. Depois disso, eu entro para cumprir meus dois anos de deputado [na suplência de Plínio de Arruda Sampaio, que renunciou à vaga para ser candidato a governador de São Paulo]. Naquela altura, ele, Sigmaringa, já saía para o PSDB, como fizeram FHC [Fernando Henrique Cardoso], [Franco] Montoro e outros. Eu pelo PT e ele pelo PSDB, eu o conveço a criar uma CPI pelos mortos e desaparecidos. A gente arrecada assinaturas. Ele, com mais facilidade. Ele sempre foi mais maleável do que eu. Mais palatável, mais diplomático. Eu fui candidato a presidência da Câmara em 2005 e fui derrotado porque eu era arrogante. Ele conseguiu mais assinaturas. A presidência da Câmara não instalou a CPI. Ao invés de ficarmos quietos, alardeamos isso e o governo rapidamente colocou outras prioridades. Depois disso, eu não fui candidato em 1990. O Nilmário vem e tenta reabrir isso. Ele, Nilmário, talvez tenha sido a pessoa que mais lutou pela criação de uma comissão permanente de direitos humanos na câmara. O Nilmário consegue transformar a comissão provisória de direitos humanos em permanente, o que é muito importante porque [a comissão permanente] tem orçamento fixo e tal. Depois, quando o Lula ganha, ele foi para o Ministério [Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)]'. Sigmaringa foi um dos meus melhores amigos.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Na entrevista com Nilmário, ele insistiu muito no sentido de continuidade das gestões PSDB e PT em relação à pauta de direitos humanos.

LUIZ EDUARDO GREENHALGH:

A agenda de direitos humanos é o sinal mais importante de ligação entre PT e PSDB. Se existe uma ponte entre os dois, essa ponte são os direitos humanos. José Gregori, Fernando Henrique, muita gente.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Em um de seus depoimentos na imprensa, o senhor foi provocado a se pronunciar sobre o que a repórter considerava ser uma chegada tardia da Comissão Nacional da Verdade no cenário político nacional. O senhor ponderou, então, que a CNV veio "em seu tempo". Disse que depois da luta pela anistia veio a luta pela constituinte, depois pelas Diretas Já, depois pela consolidação da democracia. Chegava-se então ao momento em que estavam dadas as condições para a CNV. O senhor poderia desenvolver mais este ponto? Entre ativistas de memória e verdade é comum o lamento por uma transição negociada, sem ruptura. A sua fala não parece endossar esta perspectiva.

LUIZ EDUARDO GREENHALGH:

Primeiro, é preciso considerar um aspecto específico da anistia no Brasil. Se você considerar o movimento de anistia, o movimento de desaparecidos na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Brasil, você vai ver diferenças. A primeira diferença no Brasil é que nós conseguimos anistia em meio ao regime militar. Isso é bom e ruim. É bom porque mostrou uma força que nem o regime militar conseguiu refrear. Mas, estando a anistia no regime militar, o regime militar veio esvaziando o seu conteúdo. De 1979 a 1985, ano da eleição do Tancredo, foram seis anos. Nós ganhamos a anistia em 1979 e o regime militar veio se encarregando de restringi-la até 1985. No Brasil, existiram leis de anistia sucessivas. Primeiro, a lei de 1979 [Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979]; depois, a emenda constitucional que convoca eleições diretas para presidente e fala sobre anistia [artigo 4º. da Emenda Constitucional no. 26 de 1985, do governo José¹ Sarney]; depois, o artigo oitavo [do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias] da Constituição [de 1988]; depois, a lei de anistia da época de Fernando Henrique, de que fui relator [Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002]. Nós criamos a anistia em 79, nós reafirmamos a anistia [em 1985], ampliando de novo. Depois, no Ato das Disposições Transitórias [da Constituição], ampliando mais uma vez. A gente ganhava anistia, o governo militar tirava. Foi uma briga de gato e rato. Segundo, nós tivemos uma anistia que se pretendia uma reparação histórica e financeira. Nesses três períodos, o que o governo atendeu foi a reparação financeira. Isso foi diferente na Argentina. Na Argentina, quando o governo chamou as *Madres [de la Plaza de Mayo]* [para oferecer reparação financeira], elas disseram: reparação financeira, não; vocês levaram nossos filhos com vida e queremos eles de volta com vida. Aqui predominou a reparação financeira, entendida como um cala-boca. O cara tinha declaração de anistiado e recebia uma pensão. Isso foi esmorecendo o lado da reparação histórica. Agora, isso da reparação financeira como cala-boca, sem reparação moral... significou que aquilo que ficou represado vai se agigantando e estoura na Comissão [Nacional] da Verdade. A anistia na Argentina veio depois da Guerra das Malvinas. Aqui veio durante o regime. A gente ampliava e

eles diminuía. A anistia aqui veio em sucessivos vômitos. O vômito de 79, de 85, de 88, de 2002. E, até a CNV, a anistia veio sempre dirigida para a reparação financeira.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Me parece que nessa trajetória de institucionalização da anistia – ou das pautas da justiça de transição, como tem se nomeado mais recentemente – dois grupos de ativistas foram se organizando. Um em torno dos mortos e desaparecidos políticos, sobre o qual falamos bastante até aqui e outro em torno dos pleitos dirigidos à Comissão de Anistia. É claro que não são grupos perfeitamente distinguidos entre si e que entre eles existe circulação de atores e valores. Mas, ainda assim, parece haver um sentido às vezes velado e às vezes explícito de mal estar ou mesmo rivalidade entre eles. O senhor concorda com essa leitura?

70

LUIZ EDUARDO GREENHALGH:

Ponha na sua cabeça: luta armada e luta não armada. A luta não armada era o Partido Comunista Brasileiro. Integrantes do PCB recorreram mais vezes à reparação financeira. Desaparecidos políticos e mortos em geral eram da luta armada. Quem da luta armada recebeu dinheiro na Comissão da Anistia, na maioria das vezes, aplicou esse recurso e aplicou na busca da verdade. Esse é um lado bonito. Não é o dinheiro em si. Pegam o dinheiro do Estado para ir contra o Estado, fazer exame de DNA em ossadas. O Bolsonaro tá fazendo esse favor para mim: mandou levantar os anistiados até hoje. Vai ter militares, nenhum deles da luta armada, punidos na caserna, que pegaram suas indenizações como direito. Anistia não é um favor, não é um perdão, é o reconhecimento pelo Estado de que ele, Estado, em determinado período, cometeu alidades contra uma determinada pessoa. A anistia é uma auto-crítica, do ponto de vista marxista. Anistia não é uma conciliação. Agora, como eu disse, tivemos excepcionalidades, ganhamos anistia no meio do regime militar. Por isso, na Argentina, onde a luta pela anistia e pela reparação foi feita após o fim do regime militar, eles estão mais avançados na história da reparação moral e política. No caso do Chile, o Pinochet foi preso na Espanha. Aqui ninguém foi preso. Agora tem um processo de renascimento.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

O senhor mencionou no início da nossa conversa a experiência do Clamor. O senhor poderia falar mais sobre ela.

LUIZ EDUARDO GREENHALGH:

Bem, nós montamos o Clamor na Cúria. Entre 1974 e 1976 começaram a chegar no Brasil alguns perseguidos políticos da Argentina. Eles vinham com endereços de alguns escritórios de advocacia aqui em São Paulo, entre os quais o meu. A gente acolhia essas pessoas: às vezes solteiros, às vezes famílias. Começou a ser cada vez mais frequente e usual a chegada de perseguidos políticos argenitnos no Brasil e no meu escritório. Eu montei uma pequena rede com amigos meus com o intuito de oferecer hospedagem para essas pessoas. Elas estavam aqui de passo para a Europa. Aqui tinha desde 1978 um escritório da ONU para refugiados, a ANCUR [Agência das Nações Unidas para Refugiados]. A pessoa vinha, requeria exílio na França ou na Suécia, por exemplo, e ficava aqui até ir para lá. Eles vinham com a roupa do corpo. “Eu sou montonero”, e chegava aqui com os filhos. De repente começou a vir muita gente e eu já não dava mais conta. Onde vou colocar? Muitas pessoas queriam ajudar, mas tinham medo.

Como é que de repente chega um argentino para morar na sua casa? Como vai explicar para os filhos, para as famílias? Eles estavam aqui clandestinos, evidentemente. Era preciso ter muito cuidado. Tem uma jornalista da BBC, a Jan Rocha, com quem decidi formar uma organização para lidar com essa questão. Nós, com nossos problemas no Brasil, e ainda tendo que lidar com isso. Nós marcamos com Jayme Wright. Eu, a Jan Rocha e o Jaime Wright fomos pedir apoio ao Dom Paulo. Nós montamos um grupo chamado Clamor. Esse Clamor tinha dois objetivos: ao invés de você vir para o meu escritório, você ia para a Cúria. Desanuvuiu um pouco o trabalho do escritório. Segundo, você chegava na Cúria, prestava depoimento, contava sua história e era hospedado numa estrutura que a Igreja tinha, em Osasco. Algumas paróquias da periferia começaram a hospedar argentinos. O Clamor tramitava junto ao ANCUR seu refúgio na Europa. O Clamor produzia mensalmente um boletim, um boletim com as notícias sobre a repressão dos países vizinhos. Esse boletim era publicado em português, espanhol e inglês e mandávamos para entidades de direitos humanos pelo mundo: a Anistia [Internacional], a OXFAM, era um total de cinquenta ou sessenta entidades. Um belo dia, nós recebemos uma carta de uma avó uruguaia: "olha, eu recebi o boletim de vocês, eu queria que vocês publicassem a foto dos meus netinhos porque meu filho foi militante no Uruguai, se refugiou na Argentina e, numa operação conjunta das forças da Argentina com o Uruguai, fuzilaram meu filho e a minha nora, mas eu não vi notícia da morte dos meus netos. Nós publicamos as fotos das crianças e mandamos o boletim. E então uma assistente social mandou uma carta para nós dizendo: "eu vi as fotos e eu tenho a impressão de ter visto essas duas crianças no Chile, na cidade de Valparaíso, na praça Origens". O que vamos fazer? Eu disse: "vamos informar a avó". Jaime Wright disse: "vamos lá". Eu disse: "isso pode ser a repressão, pode ser uma armadilha". Vai, não vai, a discussão foi tão clamorosa que decidimos levar a discussão para o Dom Paulo. Dissemos "Dom Paulo, temos um problema aqui". Dom Paulo quis ouvir. Eu dizia que achava uma provocação, uma armadilha, uma ratoeira. Eu dizia que era um absurdo a ideia de ir lá. Mas Dom Paulo disse: "tem que ir". Dom Paulo decidiu e disse que gostaria que eu fosse. Logo eu, que era contra. Ele insistiu. Então, eu e um jornalista mobilizamos a comissária de direitos humanos no Chile e fomos para Valparaíso. Na época tinha toque de recolher. Fomos para o hotel, cada com um quarto, mas decidimos dormir juntos. Se alguém vier buscar um de nós, estaremos juntos. Chegamos na tal praça e vimos um colégio de padres. Fomos lá. Os padres disseram: "eles estudam aqui, mas vocês não podem falar com eles". Nós explicamos a situação. Os padres disseram que eles estavam sendo adotados por um casal de chilenos. Nós subimos num pátio e eu olhava as fotos e as crianças. Eu não sabia se era, se não era. Eles saem meio-dia da escola, nós as seguimos. A mãe veio buscar, nós seguimos ela. Isso tudo em plena era Pinochet. Nós tocamos a campainha. Quando a mãe viu do que se tratava, ela pôs a gente para dentro da sala. Disse para as crianças não saírem. Nós entramos, com muita educação, e contamos o que estava acontecendo. Ela chamou o marido, um dentista. O dentista disse: "com que direito vocês estão aqui? Vocês se ponham daqui para fora. Eu tenho amigos no governo. Vocês têm cinco minutos para sair da minha casa". Nós saímos e fomos ao juizado de menores para saber do andamento do processo de adoção. No juizado, a normativa é que havia um período para ver se ninguém contestava a adoção. O período terminativo para aquilo era na terça-feira, faltavam dois dias. Eu comprei um código de menores e fiz uma petição. A chefe da ACNUR no Chile arrumou um advogado para assinar o documento. Ele fez isso morrendo de medo. O resultado é que nós interrompemos o processo de adoção. Quando chegamos aqui, falamos com o Dom Paulo e chamamos a avó e demos uma famosa coletiva de

imprensa explicando como tinha sido a localização das crianças. A avó entrou em contato com os pais adotivos. Ela queria que as crianças soubessem da história, não queria a guarda das crianças. Esse fato transformou o Clamor numa entidade reconhecida mundialmente. As pessoas achavam que o Clamor era um prédio de dez andares com investigadores e estrutura. Éramos três gatos pingados. “Esse assunto aí, só um milagre”, eu tinha dito para Dom Paulo. Quando voltei, ele me deu um abraço e disse: “milagres existem”. O Clamor fez com que a gente se relacionasse com inúmeras entidades de direitos humanos no mundo. Num momento de mais acirramento da repressão na Argentina, as avós e as mães da Praça de Maio pediram ao Clamor para ir buscar lá em Buenos Aires os seus arquivos. Nós fomos lá e, quando alcançaram a normalidade democrática lá, nós devolvemos. Teve um outro episódio marcante. Eu e Jaime Wright tínhamos uma lista de crianças desaparecidas na Argentina e queríamos publicar no *Clarín* e no *La Nación*. Eu entrei no *Clarín* e já fui com o documento todo diagramado para publicar. Perguntei: “quanto custa?” O cara foi lá dentro e não voltava. Ele voltou e disse que a alta direção do jornal disse que não ia publicar. Saímos de lá e fomos ao *La Nación*. O cara de lá fez as consultas devidas e disse que o preço para publicar era 100 mil dólares. Fomos direto para o aeroporto e viemos para São Paulo. Cheguei aqui e o Jaime encasquetou. Ele pediu ao Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra, e conseguiu cem mil dólares. Voltamos lá quinze dias depois. Chamei o cara do *La Nación* e disse: “taqui a lista e estão aqui os cem mil dólares”. Cem mil dólares cabem numa caixa de sapato. O cara foi lá, contou e disse: “tá bem, vou publicar”. E publicou. Nós saímos direto para o aeroporto, certos de que estavam atrás de nós. Não sei o que aconteceu com o jornalista que autorizou a publicação. Depois disso, as *abuelas* foram investigadas, abriram inquérito para apurar, mas, pela primeira vez, saiu a lista das crianças desaparecidas na Argentina, com esses meandros de faroeste. A gente adquiriu muitas relações nesse processo. Uma vez eu fui para Buenos Aires com o Lula numa reunião do PT. Era quinta-feira e a gente tinha que fazer hora. Eu disse: “vamos lá dar um abraço nas *madres*”. A Hebe Bonafini era minha amiga. Me deu um abraço. Tirei uma foto dela com o Lula.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Nessa mesma altura ou um pouco depois, o senhor viveu ainda outro faroeste, no projeto do Brasil Nunca Mais.

LUIZ EDUARDO GREENHALGH:

Quem deu a ideia foi a Eni Raimundo: um dia, vindo a pé para o escritório, ela disse: “quando tiver a anistia, eles vão incinerar esses processos [dos presos políticos no Superior Tribunal Militar, STM]. Bom seria se a gente pudesse copiar isso”. O Brasil Nunca Mais nasceu na rua. Falei com Dom Paulo, que falou com Jaime Wright e o Conselho de Igrejas resolveu bancar esse assunto. Montamos uma estrutura em Brasília: Mário Simas, Sigmaringa. Montamos uma salinha para fazer as cópias e fomos aprimorando. A gente levava o processo de vinte volumes e no dia seguinte tava de volta com ele. Trazíamos para São Paulo de carro, de avião, de ônibus. Depois entrou mais gente, a Terezinha, a Leda, que até hoje trabalha comigo. A gente microfilmava e levava o microfilme para Genebra. Nós tirávamos regularmente os processos e alguém no STM desconfiou. Baixaram uma portaria restringindo o acesso, mas a gente já tinha ficado amigo do pessoal. O Sigmaringa era um cara sociável. A moça do arquivo perguntava: “tem procuração?” A gente dizia: “sim”, e pegava os processos. Trabalhamos cinco anos com

esses processos e tivemos algumas dificuldades. Uma vez eu recebi uma informação de que havia suspeitas de nossa ação e de madrugada mudamos o arquivo. Acho que valeu a pena. É a referência que eles não podem contestar.

CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA:

Muito obrigada por essa conversa.

(Entrevista publicada em 2019)

Cite esta entrevista

GREENHALGH, Luiz, 2019. Entrevista com Luiz Eduardo Greenhalgh, conduzida por Cristina Buarque de Hollanda. Revista Estudos Políticos: a publicação semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF).Rio de Janeiro, Vol.10 |N.2, pp. 63-73, dezembro de 2019.

Notas

1. A Secretaria Especial de Direitos Humanos foi criada em 1997 pelo Governo Fernando Henrique Cardoso e ascendeu ao status de Ministério no governo Lula, a partir do mandato de Nilmário Miranda.